



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Danilo Coutinho da Silva
Bacharel e Licenciado em Geografia - UFPB
danilogeog@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) deve despertar a criticidade dos alunos, trazendo mudanças nos âmbitos cultural e social, tornando possível a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Essa realidade depende da percepção que os professores têm sobre o meio ambiente. O estudo das relações entre sociedade e natureza se torna essencial e nesse aspecto a Geografia tem grande contribuição.

Utilizando como recorte o bairro do Cristo Redentor, em João Pessoa - PB, o objetivo geral do trabalho é analisar a percepção ambiental dos professores de Geografia das escolas públicas de Ensino Fundamental do bairro. Especificamente objetivou-se identificar as práticas pedagógicas por eles utilizadas abrangendo a EA e o envolvimento das escolas.

METODOLOGIA

Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico de obras de relevância sobre EA, das recomendações das conferências intergovernamentais de meio ambiente e dos documentos resultantes, que influenciaram as normatizações e documentos oficiais brasileiros como a Constituição Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Lei nº 9795, etc.

Fez-se o levantamento das escolas públicas de Ensino Fundamental do Cristo, em seguida obtiveram-se informações sobre o número de professores de Geografia que havia em cada e seus respectivos horários. Foi elaborado um questionário, que visou inicialmente obter o perfil geral dos professores de Geografia



do bairro e depois identificar as suas percepções quanto à questão ambiental e as práticas docentes voltadas para o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para analisar como a EA vem sendo percebida e praticada pelos professores de Geografia das escolas públicas do bairro do Cristo Redentor em João Pessoa, foram entrevistados 12 professores atualmente em atividade na segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) em seis escolas do bairro.

As informações coletadas na primeira parte do questionário apontaram o perfil geral dos professores de Geografia do bairro, formado principalmente por mulheres (67%), com mais de 40 anos (67%) e com nível superior completo (50%).

A segunda parte do questionário é composta por nove questões pedindo aos professores que conceituassem “Meio Ambiente” e “Educação Ambiental”, citassem os conteúdos ambientais por eles trabalhados, suas fontes de informação, as dificuldades encontradas e suas opiniões sobre o ensino da EA.

Com base nos dados obtidos, observou-se que a maioria dos entrevistados tem uma visão genérica do conceito de meio ambiente, definindo-o como “o meio em que vivemos” ou “tudo ao nosso redor”. Outros adotam uma concepção naturalista do termo, conceituando-o como uma “paisagem natural preservada”.

As definições mais utilizadas excluem o homem em sua abordagem, separando natureza e sociedade em seu conteúdo. Concepções que desconsideram as relações entre os problemas sociais e ambientais, proporcionando uma visão fragmentada da realidade.

O homem só foi incluído em uma definição, quando meio ambiente foi considerado como o meio formado pelo “conjunto de elementos naturais e criados pelo homem”, bem como pelas “relações entre os seres vivos e não vivos”.

O conceito de “meio ambiente” não deve ser posto de forma rígida e definitiva, mas deve ser considerado como um conceito em constante construção, estabelecido



como uma “representação social”, pois são nessas e em suas modificações que se busca intervir para trabalhar o tema meio ambiente (BRASIL, 1997).

Leff (2010) prefere usar o termo ambiente e considera que este é integrado por processos tanto de ordem física como social, subordinados a racionalidade econômica dominante.

O conceito de meio ambiente é de grande complexidade e nenhuma definição comportará todos os seus aspectos, porém a inclusão da dimensão social nesse conceito se tornou comum nos últimos anos, algo que faltou de uma forma geral nas percepções dos professores entrevistados.

Na conceituação de EA prevaleceu a visão desta como um ato de “conscientizar” e “orientar” os alunos, destacando as “boas práticas” e “atitudes” desses com a natureza. Mas, para Loureiro (2012) os professores não devem ser meros transmissores de “valores ecologicamente corretos”, pois estes são intercedidos por aspectos socioculturais. Para o autor não cabe mais em EA descontextualizar os temas e eximir de culpa a estrutura social e o modo de produção (LOUREIRO, 2012).

Apenas um a reconheceu como uma “ação educativa permanente” e destacou a tomada de consciência da “comunidade”, o que sugere a consideração dos problemas ambientais locais. Na EA é imprescindível o trabalho com problemas locais, pois isso torna a sociedade mais participativa, envolvida na temática.

É de se destacar que nenhuma das escolas pesquisadas realiza ações permanentes em EA, apenas promovem algum tipo de atividade isolada, reservada a datas específicas (dia da árvore, dia da água, etc.) ou semanas de meio ambiente.

Também foi identificada a descontextualização entre os principais problemas ambientais do bairro (segundo os próprios professores) e os temas ambientais mais trabalhados em sala de aula. Nesse aspecto, observou-se que os temas ambientais mais presentes nas aulas são aqueles que mais aparecem nos livros didáticos, principais fonte de informação sobre as questões ambientais para maioria dos professores, seguidos pelas revistas, TV e Internet.



O grande problema de fontes como livros didáticos é que estes dificilmente abordam as realidades locais, focando no global e na realidade das grandes metrópoles. Já as revistas (quando de notícias ou variedades) e a TV podem trazer concepções equivocadas, amparadas nos modismos e nos temas alarmantes.

Perguntados se conheciam os PCN, a maioria respondeu positivamente, mas alguns desconheciam seu conteúdo. Lembrando que os PCN foram lançados em 1997 como instrumento para os professores do Ensino Básico. Neles, o meio ambiente é considerado um tema transversal que deve estar articulado aos conteúdos de todas as disciplinas. Para os PCN de Geografia a temática ambiental deve ser estudada pela disciplina, por meio da análise da relação entre sociedade e natureza (BRASIL, 1998).

Apesar de ser determinada por lei desde a Constituição de 1988, há certo desconhecimento quanto aos princípios da EA entre os professores de Geografia, até mesmo de sua importância e obrigatoriedade.

Já quanto ao ensino da EA na escola, os professores foram unânimes em considerar que a mesma não deve ser restrita à Geografia. A maior parte deles concordou que a EA deve ser trabalhada em todas as disciplinas. Outra possibilidade mencionada foi a criação de uma disciplina específica, mas esta vai contra as principais recomendações e o que diz a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, que consideram a importância da interdisciplinaridade.

Como falado anteriormente, os PCN recomendam que a EA seja trabalhada em todas as disciplinas. Recomendação com origem nos documentos dos encontros promovidos pela ONU, UNESCO e PNUMA.

É indispensável que os professores, em especial os de Geografia, tenham uma percepção integradora do meio ambiente, considerando também seus aspectos socioculturais. O conhecimento sobre a realidade social dos educandos também se torna essencial para criar uma racionalidade voltada para a conservação do meio ambiente e para a atuação social.

CONCLUSÃO



Os dados obtidos revelaram que a percepção dos professores de Geografia sobre as questões ambientais encontra-se, no geral, qualitativamente comprometida, havendo entre eles uma compreensão muito superficial do que é “meio ambiente” ou “Educação Ambiental”, prevaleceram definições gerais e conservacionistas.

A temática ambiental não é uma constante nas práticas educativas, estando presentes apenas em datas específicas ou de forma desconexa nos conteúdos trabalhados, fora da realidade da maioria dos educandos.

Recomenda-se, então, que haja maior aproximação entre a universidade e a escola, que estas possam desenvolver com os professores e comunidade práticas permanentes em EA de acordo com cada realidade e que esta esteja cada vez mais presente na formação curricular das licenciaturas.

Apesar das limitações, espera-se que esse trabalho possa suscitar novos trabalhos que ampliem a abordagem e tragam soluções e propostas para a realização da EA no âmbito escolar e comunitário, aprofundando as temáticas aqui trabalhadas e levantando novas questões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. *Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em 02 de fevereiro de 2013.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
